

Lígia Zamin

Vice-presidente do CEAPE
na gestão 2001-2003



Logo que ingressei no TCE, entre tantos colegas, conheci o Mark. Era o ano de 1994. Ele dirigia o CEAPE e foi quem me apresentou a Entidade. Não tive dúvidas em aceitar o convite para me filiar. Imediatamente reconheci o CEAPE como a principal ferramenta capaz de tratar e cuidar da carreira que eu escolhera para dar curso a minha vida profissional.

A década de 90 foi ainda um tempo de muita resistência do movimento dos trabalhadores do serviço público. O golpe de 64 produzira tamanha destruição dos movimentos populares e de trabalhadores, que, apesar de a CF estar em plena vigência, a luta era muito mais de retomada da organização associativa do que de conquistas objetivas. O CEAPE não tinha sequer sede própria. Instalado em uma sala nos fundos do Centro de Perícias Médicas, com apenas algumas dezenas de sócios, o Mark

e os colegas de Diretoria trabalhavam para dar viabilidade material e financeira ao Centro. Trabalho que rendeu.

Ampliou-se o quadro de associados e em 2003 conseguimos comprar uma sala para instalar a sede da Entidade. Foi uma grande conquista!

Em 2004 a nossa campanha salarial buscava diminuir as disparidades remuneratórias internas e reivindicou “Reposição Salarial Já. 28,8% sobre o básico”. Essa campanha retomava explicitamente um novo tempo de questionamentos sobre a estrutura e a política salarial do TCE e seus impactos no trabalho de auditoria. A campanha foi encerrada com a aprovação da Lei que criou a GACE (Presidência do TCE, à época, o Conselheiro Victor Faccioni) e o CEAPE era presidido pelo valoroso colega Ricardo Silva de Freitas. Registro também que eu compunha a Direção do CEAPE como Vice-Presidente,

junto com os colegas Cecília Araújo, Maria Antonieta Barcellos e Emílio Fidelis.

A luta avançava pela clareza de objetivos e pela determinação e comprometimento das sucessivas direções da Entidade.

Merece registro outra importante luta travada pelo CEAPE e que tinha estreito vínculo com a estratégia de conquista de uma nova matriz salarial para os servidores. Em 2004 enfrentamos um projeto de lei remetido à AL pelo Presidente do TCE que criava mais CCs e FGs.

Este enfrentamento custou a punição de todos os membros da Diretoria do CEAPE, a abertura de um processo administrativo e a cassação da liberação para o exercício de mandato classista dos colegas Ricardo Freitas e Lino Abel Nunes.

Mas não eram apenas as questões salariais que faziam do CEAPE uma entidade vital para o avanço e aperfeiçoamento do controle

DEPOIMENTO

externo, uma das razões de existir da nossa Entidade.

Em vários Congressos organizados pela nossa Federação – FE-NASTC –

As principais pautas convocatórias ligavam-se ao tema da necessidade de melhorias na atuação do corpo técnico, especialmente para enfrentar a corrupção no setor público, e a fundamental questão da forma de recrutamento para os Conselhos de Contas.

Iniciamos defendendo o concurso público para o preenchimento dos cargos. Depois de anos de debate entendemos e criamos consenso de que o modelo de Conselho de Contas propugnado pela CF, de representação plural, é condizente com os princípios e valores que pretendem reger a República e o Estado brasileiro. Hoje trabalhamos pela conquista do ministro/conselheiro cidadão. Mais um avanço que precisa ser registrado como resultado da atuação determinada da entidade dos Auditores.

Resgato estes pontos como significativos no período e para referir outra decisiva conquista para os

servidores, levada a efeito pelo CE-APE, juntamente com a ASTC, a Lei Estadual nº 13.268/2009.

Essa Lei é a expressão máxima do conceito salarial que havíamos formulado décadas atrás e que a nossa entidade, verdadeiramente comprometida com os interesses de todos os Auditores, trabalhou incansavelmente para materializá-lo.

A matriz salarial que remunera o nosso trabalho atualmente, não tão longe de ser a ideal, foi uma luta que demandou, pelo menos, duas décadas de trabalho.

Todos sabemos hoje a contribuição dessa mudança para o melhor desempenho do trabalho do controle externo do RS.

Enfim, muitos outros fatos poderiam ser registrados para evidenciar a importância da representação adequada e firme de uma entidade de classe que quer conquistas coletivas e não segmentadas.

Assim, penso que esse “flash back” evidencia um alicerce muito firme e pronto para receber uma nova construção de representação capaz de responder às necessidades da categoria que estão a exigir



Lígia também foi diretora-técnica

gir instrumentos políticos-jurídicos mais adequados para as novas conquistas dos novos tempos.

E a nova conquista a alcançar, necessária para os avanços da ação do controle externo, haja vista as lições que podemos colher do momento atual de debates nacionais, onde o tema da corrupção é prevalente, é a Carreira de Auditoria.

Uma carreira com garantias e prerrogativas próprias para os auditores, como expressão fidedigna do conceito estrutural de controle externo concebido pela CF de 88 é inadiável.

E a ferramenta para viabilizar esta urgência, não há dúvidas, é o SINDICATO.



Lutas e demandas da categoria receberam atenção da imprensa